

CAMILA SABATIN

Coleção  
TRIBUNAIS e MPU

Coordenador  
HENRIQUE CORREIA

# REDAÇÃO

PARA OS CONCURSOS DE TÉCNICO E ANALISTA

**4.<sup>a</sup> edição**

revista, ampliada e atualizada

2018

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

"Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu 'destino' não é um dado, mas algo que precisa ser feito e, de cuja responsabilidade, não posso me eximir.

Gosto de ser gente, porque a história em que me faço com os outros e, de cuja feitura tomo parte, é um tempo de possibilidades e não de determinismo.

Gosto de ser gente porque, inacabado, sei que sou um ser condicionado, mas, consciente do inacabamento, sei que posso ir mais além dele. Essa é a diferença profunda entre ser condicionado e ser determinado. A diferença entre o inacabado, que não se sabe como tal, e o inacabado que, histórica e socialmente, alcançou a possibilidade de saber-se inacabado.

Gosto de ser gente, porque, como tal, percebo, afinal, que a construção de minha presença no mundo, que não se faz no isolamento, isenta da influência das forças sociais, que não se compreende fora da tensão entre o que herdo geneticamente e o que herdo social, cultural e historicamente, tem muito a ver comigo mesmo.

Gosto de ser gente, porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam".

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 21-22 (com adaptações).

Lendo alguns dizeres do grande físico e teórico alemão Albert Einstein, deparei-me com dois que me chamaram a atenção:

*"Todo mundo é um gênio. Mas, se você julgar um peixe por sua capacidade de subir em uma árvore, ele vai gastar toda a sua vida acreditando que ele é estúpido."*

*"Há uma força mais poderosa que o vapor, a eletricidade e a energia atômica: a VONTADE."*

A relação entre essas citações remete-me a você, concurseiro, que, muitas vezes exaurido, chega a se achar estúpido, principalmente diante de uma sociedade que não compreende o valor do estudo árduo e contínuo. As dificuldades pelas quais você passa não implicam ser um peixe tentando subir uma árvore. A genialidade, como bem ratifica Einstein, é múltipla, diz respeito às habilidades desenvolvidas ao longo da vida, dado o percurso de oportunidades e estímulos que receberam.

Ora, ninguém melhor que você sabe onde seus pés pisaram e pisam, você pode superar suas dificuldades, se perceber que todos somos diferentes. O que chamam de inteligência nada mais é do que desenvolvimento humano, gerado a partir da mais poderosa força que existe no mundo: a VONTADE.

Agradeço a você, leitor destes dizeres. Isso prova que busca aprimorar-se e não vai, nem quer, desistir dos seus objetivos. Mobilize sua vontade e saiba que pode ser o que quiser, o limite você determina. A sorte depende de você!

Estendo o meu agradecimento àqueles que estiveram ao meu lado diante de mais uma edição deste livro:

Deus, que me nutre de forças e ânimo para avançar na profissão que amo;

Meus pais, que me dão exemplos de trabalho árduo e honestidade;

Meu avô João, por ter deixado um legado de honestidade, alegria, força e, amor à família;

Minha irmã e cunhado, pela união em torno do bem maior: a família;

Minha sobrinha Maria Vitória, cujo olhar e sorriso nutrem-me de amor;

Minha afilhada Estela, cujo abraço forte e alegria fazem de mim uma pessoa especial;

Meus familiares, responsáveis pelo amor genuíno dentro de mim;

Amigos queridos que, com carinho, sempre me apoiaram e estiveram por perto nesta nova etapa.

# APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO

O objetivo da coleção é a preparação direcionada para os concursos de Técnico e Analista do TRT, TRE, TRF e Tribunais Superiores. Em todos os livros o candidato irá encontrar teoria específica prevista nos editais, questões recentes comentadas e questões de concurso com gabarito fundamentado. A ideia da coleção surgiu em virtude das reivindicações dos estudantes, que almejavam por obras direcionadas para os concursos de Técnico e Analista dos Tribunais. As apostilas específicas mostram-se, na maioria das vezes, insuficientes para o preparo adequado dos candidatos diante do alto grau de exigência das atuais provas, o que ocorre também com as obras clássicas do direito, por abordarem inúmeras matérias diferentes ao concurso. Nesta coleção, o candidato encontrará desde as cinco matérias básicas exigidas em todos os concursos, como português, raciocínio lógico ou matemática, informática, direito constitucional e administrativo, até as matérias específicas de outras áreas (arquivologia e administração pública) e todas as matérias dos diferentes ramos do direito. Portanto, com os livros da coleção o candidato conseguirá uma preparação direcionada e completa para os concursos de Técnico e Analista do TRT, TRE, TRF e Tribunais Superiores.

Além da linguagem clara utilizada, os quadrinhos de resumo, esquemas e gráficos estão presentes em todos os livros da coleção, possibilitando ao leitor a memorização mais rápida da matéria. Temos certeza de que esta coleção irá ajudá-lo a alcançar o tão sonhado cargo público de Técnico ou Analista dos Tribunais.

**HENRIQUE CORREIA**

Site: [www.henriquecorreia.com.br](http://www.henriquecorreia.com.br)

Twitter: @profcorreia

Instagram: Prof\_correia

Periscope: @henrique\_correia

Esta foi uma breve apresentação do que você terá de forma aprofundada ao longo do livro. Espero que todas as ideias trabalhadas possam capacitá-lo a escrever bons textos e, assim, garantir o seu sucesso profissional.

# PREFÁCIO

## LIVRO PARA SER LIDO DE CABO A RABO

A expressão “De cabo a rabo” surgiu no século das grandes navegações. Quem conhecesse a costa africana desde a Cidade do Cabo, na África do Sul, até a fortaleza de Rabah, no Marrocos, teria feito todo o percurso “de Cabo a Rabah”. Os audazes marinheiros eram hábeis em resolver problemas da língua portuguesa, sobretudo no tocante à incorporação de novos modos de expressão, à luz de palavras que já estavam no Português desde o alvorecer da língua: cabo e rabo. E passaram à posteridade a variante “de cabo a rabo”, isto é, do começo ao fim de qualquer coisa, não apenas de uma viagem.

A vida de cada pessoa é cheia de acontecimentos surpreendentes. A arte de contar o que houve, o que se sente e o que se pensa de tudo o que houve requer conhecimentos de Português, que é também ferramenta de trabalho, entre outras acepções fundamentais da língua. Quem diria, porém, que seus falantes e escreventes iriam tão longe? “Na quarta parte nova os campos ara/E se mais mundo houvera, lá chegara”, disse Camões em *Os Lusíadas*.

“Podem existir textos muito formais na língua falada e textos completamente informais na língua escrita”, diz Camila Sabatin neste livro, que li de cabo a rabo, com um gosto adicional: a autora foi minha aluna no curso de Letras da UFSCar.

“O passado não abre a sua porta/ E não quer entender a nossa pena”, diz Cecília Meireles no *Romanceiro da Inconfidência*. Mas desta vez quis, e aqui está uma porta aberta para quem quer um novo olhar, nem demasiado torto em direção à botânica da língua portuguesa, ou seja, o lado linguístico e científico, nem por demais inclinado para a jardinagem, que nos permite falar e escrever bem e bonito.

O que faz a autora, então? Faz exatamente aquilo de que tantos precisam. E por isso antevejo muitas pessoas a ler ou a consultar este livro. A autora faz com que se aproximem dos recursos da língua portuguesa aqueles que ouvem, falam, leem e escrevem em Português!

Bem-vindo a este livro! Sua referência solar é ajudar a escrever, principalmente o texto dissertativo, à luz de exemplos de autores muito bem indicados e muito pertinentes. Os textos corrigidos, apresentados pela autora, dão exem-

plos concretos dos contrastes, mostrando como é importante reescrever até atingir os objetivos propostos.

Em vez de apenas teorizar, como fazem tantos e quase sempre de modo inadequado ou inútil, a autora dá à teoria uma função esclarecedora, que ajuda entender como e por quais razões um texto pode ser construído. Esse lado prático haverá de ser muito útil a quem consultar ou ler este livro.

É preciso garantir a conversa clara e o trato justo. Que os leitores não caiam na esparrela, na cilada, no engano daqueles que ensinam não ser necessário dominar a norma culta do Português! Sem ela, como entender o texto informal, seja na fala, seja na escrita dos outros? E como chegaram à cátedra esses que agora deformam de tal modo o ensino da língua? Fizeram suas provas no Português que propõem?

É grande alegria apresentar livro de ex-aluna que agora ensina o que aprendeu! É este o percurso mais bonito da vida dos professores: o seu legado, a semente que caiu na boa terra e frutificou.

Com carinho,

**Deonísio da Silva<sup>1</sup>**

---

1. Professor, escritor e etimologista brasileiro, membro da Academia Brasileira de Filologia, da Academia Catarinense de Letras e membro honorário da Academia de Letras de Brasília, vinculado às universidades Unijuí (1972-1981), UFSC (1981-2003) e Estácio (2003-2016). Autor de 34 livros cujos gêneros são romances, contos e livros de etimologia; Algumas dessas obras foram publicadas na Alemanha, Canadá, Cuba, Itália, Portugal e Suécia. Escreve, há vinte e três anos, uma coluna semanal de etimologia na revista Caras. E, há cinco anos, redige e apresenta o programa Sem Papas na Língua, na Rádio Bandnews, em companhia de Ricardo Boechat.

# A INTERPRETAÇÃO TEXTUAL

## 1. CONCEITO GERAL

A interpretação textual não é só importante para as provas de língua portuguesa, como também para prova de redação. Aprimorar nossa competência no sentido de analisarmos minuciosamente um texto é requisito básico para a eficácia dos resultados.

Uma interpretação de texto competente depende de inúmeros fatores, mas nem por isso deixaremos de contemplar alguns que se fazem essenciais para esse exercício. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos das minúcias presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já é suficiente, o que não é verdade.

O fator primordial para o desenvolvimento da competência de interpretação de um texto passa pela prática, o hábito constante de ler é decisivo para essa conquista. A busca constante por informações extratextuais é fundamental para que nos tornemos leitores e escritores cada vez mais conscientes e eficazes.

Essa é uma competência adquirida ao longo de nossa experiência. A partir disso, haverá o enriquecimento do vocabulário, o domínio das estruturas linguísticas e dos gêneros discursivos, bem como as mensagens e intenções discursivas dada no eixo do explícito e implícito do texto.

Quando falamos em **interpretação**, essa engloba uma série de particularidades, tais como **pontuação, pois uma vírgula pode mudar o sentido de uma ideia, elementos gramaticais, como conjunções, preposições, acentuação, regências, entre outros**. Por trás de uma questão gramatical ou de uma palavra pode haver mais de um dizer. Cabe ao leitor, com seu conhecimento de mundo, tornar-se capaz de decifrá-los de uma forma bastante eficiente.

Assim, como mencionado anteriormente, é inegável a importância de estarmos aptos a interpretar todo e qualquer texto, independentemente de sua finalidade. E, para que isto ocorra, é necessário dispor dos recursos da língua que nos são oferecidos. Para melhorar a sua forma de ler e interpretar os textos a que está exposto no dia a dia, nas questões de concursos públicos e redação, seguem itens importantes para esses intentos.

## 2. TEXTO: UM EVENTO COMUNICATIVO

Observamos que ainda há conceitos teóricos que retratam o texto numa visão delimitada e fragmentada, focada em análises frasais, gramaticais, lexicais e em aspecto do conteúdo interno do texto. Diante dessa visão ultrapassada, há uma ênfase em repensar o texto em sua totalidade, inserindo-o numa perspectiva reflexiva, capaz de viabilizar a construção de sentido.

Se analisarmos a origem da palavra texto, veremos que ela vem do latim *textum*, que significa *tecido, entrelaçamento*. Essa origem deixa clara a ideia de que texto resulta de um trabalho de tecer, de entrelaçar várias partes menores, a fim de se obter um todo inter-relacionado, um todo coeso e coerente.

O conjunto de frases que compõem os parágrafos e estes o texto seguem um raciocínio lógico, produzindo significados de acordo com o contexto em que estão inseridas. Todo texto é expressão de algum propósito, não se escreve um texto sem uma função comunicativa. Torna-se, assim, necessário sempre fazer um confronto entre todas as partes que compõem o texto.

É claro que não se trata de ignorar os elementos linguísticos, indícios e partes que compõem o texto. Trata-se de analisar e compreender todos os níveis estruturais da língua para apreender informações por trás do texto, as inferências a que ele remete, descortinar a postura ideológica do autor diante da temática, enfim, buscar um sentido amplo e unificado que compõem a lógica do texto.

## 3. LEITURA: CONSTRUÇÃO DOS SIGNIFICADOS

A leitura consiste em perceber e compreender as relações existentes no mundo. Ler é atribuir sentido ao texto e, também, relacioná-lo com o contexto e com as experiências vivenciadas pelo leitor. A atividade de leitura não corresponde a uma simples decodificação de signos linguísticos que compõem a linguagem escrita convencional. A leitura precisa permitir que o leitor apreenda o sentido do texto, por meio da capacidade de interação com o mundo que o cerca. Sendo assim, nesta perspectiva Freire e Shor (1986, p. 22.):

*[...] "ler não é só caminhar sobre as palavras, e também não é voar sobre as palavras. Ler é reescrever o que estamos lendo. É descobrir a conexão entre o texto e o contexto, e também como vincular o texto / contexto com meu contexto, o contexto do leitor".*

O ato de ler, nesse ponto de vista, não é concebido meramente como capacidade individual, mas compreendido como prática de linguagem que possibilita formas específicas de o sujeito estabelecer relações sociais e construir sua identidade. Compreender a relação do sujeito com a palavra escrita demanda a compreensão da relação que esse indivíduo estabelece com os outros e com a própria linguagem.

De fato, a leitura é um processo em que o leitor realiza um trabalho ativo de construção do significado do texto. Os nossos alunos precisam se atentar para o trabalho com a leitura em um sentido de construir significados e não somente buscar significados. Por isso, é importante utilizar uma metodologia de ensino mais eficiente e que esteja de acordo com as necessidades do aluno, em que é preciso apoiar-se em diferentes estratégias, ligadas aos conhecimentos prévios do leitor: os linguísticos, que correspondem ao vocabulário e regras da língua e seu uso; os textuais, que englobam o conjunto de noções e conceitos sobre o texto; e os de mundo, que correspondem ao acervo pessoal do leitor.

Assim, para se ter uma leitura satisfatória, na qual a compreensão do que se lê é alcançada, esses diversos tipos de conhecimento precisam estar em interação. O caráter subjetivo que essa atividade assume leva o teólogo e filósofo Leonardo Boff (1997, p. 9) a afirmar:

*"Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto. Para entender como alguém lê, é necessário saber como são seus olhos e qual é sua visão de mundo. Isso faz da leitura sempre uma releitura. A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam. Para compreender é essencial conhecer o lugar social de quem olha. Vale dizer: como alguém vive, com quem convive, que experiência tem, em que trabalha, que desejos alimenta, como assume os dramas da vida e da morte e que esperanças o animam. Isso faz da compreensão sempre uma interpretação. Sendo assim, fica evidente que cada leitor é coautor. Porque cada um lê e relê com os olhos que tem. Porque compreende e interpreta a partir do mundo que habita."*

A afirmação de Boff conceitua a partir de uma metáfora a noção de leitura como interação entre mim e o(s) outro(s), uma atividade social. Podemos, pois, concluir que a leitura é um processo dinâmico, social; resultado da interação da informação presente no texto e os conhecimentos prévios do leitor. É nessa relação que a construção do sentido presente no texto se dá.

A leitura, como prática social, exige um leitor crítico que seja capaz de mobilizar seus conhecimentos prévios, quer linguísticos e textuais, quer de mundo, para preencher os vazios do texto, construindo novos significados. Esse leitor

parte do já sabido/conhecido, mas, superando esse limite, incorpora, de forma reflexiva, novos significados a seu universo de conhecimento para melhor entender a realidade em que vive.

**Por que criar o hábito da leitura?**

- Ampliar os conhecimentos;
- Obter informações básicas e específicas;
- Sistematizar o pensamento;
- Aumentar o vocabulário;
- Aprender conteúdos.

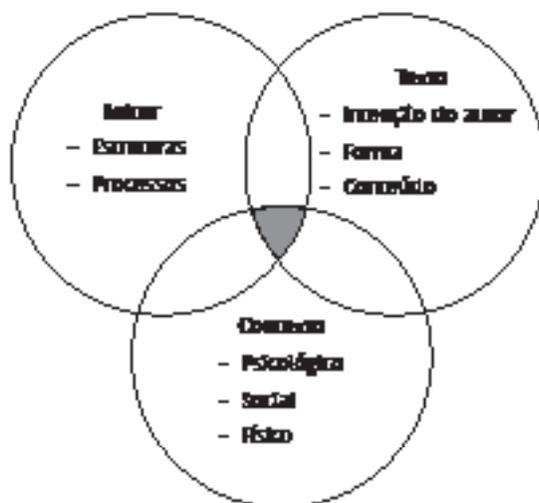
A ideia que nos é passada nos bancos escolares é a de que o texto é completo, contém todas as informações dentro de si. No entanto, de acordo com a perspectiva dialógica da linguagem em que nos embasamos, o sentido do texto é incompleto. O sentido dele só se produz no ato da leitura, na interação leitor-texto. Nas palavras de Brandão (1994),

A concepção de leitura como um processo de enunciação se inscreve num quadro teórico mais amplo que considera como fundamental o caráter dialógico da linguagem e, conseqüentemente, sua dimensão social e histórica. A leitura como atividade de linguagem é uma prática social de alcance político. Ao promover a interação entre indivíduos, a leitura, compreendida não só como leitura da palavra, mas também como leitura de mundo, deve ser atividade constitutiva de sujeitos capazes de interligar o mundo e nele atuar como cidadãos. (BRANDÃO, 1994, p. 89.)

Dessa maneira, a compreensão e a interpretação de um texto não se constituem em atos passivos, pois, se quem escreve sempre pressupõe o outro, “[...] quem lê é produtivo, na medida em que, refazendo o percurso do autor, trabalha o texto e se institui em um coenunciador”. (Brandão, 1994, p. 87.) O texto é, portanto, refeito em cada leitura pelo leitor, o qual não é um objeto, mas sim sujeito do processo de ler, receptáculo de informações.

Muitos alunos classificam-se como incompetentes para leitura, dizem ter dificuldades de compreender e interpretar o que está posto nas linhas e entrelinhas. Cria-se, a partir disso, um imaginário de que é preciso ter competência para ler. Como já dito, “cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto”, assim, para ser um leitor ‘competente’, é preciso criar situações de reflexão sobre o uso da língua, as quais poderão ser propiciadas por atividades de análise linguística, que permitem ao leitor compreender e interpretar textos de forma mais eficaz e segura. Assim, quando surgirem questões como – por que se escreveu de tal forma nesse texto? Qual o efeito de sentido provocado por determinada pala-

vra naquela situação de uso? Qual a intenção do enunciador ao inserir determinadas informações? Qual a orientação argumentativa do texto? – as respostas somente serão encontradas quando a prática de leitura não atender só a critérios de decodificação, mas um processo de reflexão sobre a organização textual e o contexto de produção. O texto, portanto, não traz tudo pronto para o leitor receber de modo passivo, já que, usando seu conhecimento de mundo, o leitor interage com a informação presente no texto para tentar chegar a uma compreensão. O texto, nessa perspectiva, não carrega sentido em si mesmo, apenas fornece direções para que o leitor o construa. De acordo com o esquema:



#### 4. A LEITURA E A RELAÇÃO COM A ESCRITA

Ler e escrever são atitudes indissociáveis e complementares. Quem lê mais automaticamente desenvolve mais vocabulário e mais ideias. A pessoa que lê bons textos recebe informação e vê como se fazem as construções, logo, ela tem mais capacidade de usar as boas influências na hora da escrita. Como já dizia Paulo Freire, "a leitura da palavra precede a leitura do mundo", assim, aprendidas as leituras do mundo, falta falar com elas, falta escrevê-las.

Todo texto é fonte de informação, mas de nada adianta a leitura de um texto sem dialogar com ele. Sobre isso Bakhtin e Volochinov (2010) afirma:

*Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas*

*e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão. [...] A compreensão é uma forma de diálogo; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra.*

(BAKHTIN; VOLOCHINOV, 2010, p. 137.)

Nessa perspectiva, a leitura é a demonstração concreta de que é possível aprender a pensar para compreender melhor o mundo que nos cerca, uma ação do sujeito e não uma atividade passiva.

Dessa forma, de nada adianta a elaboração de técnicas de elaboração de um texto se não houver o trabalho com a leitura do tema, o trabalho com a linguagem de forma mais ampla e não restrita a uma atividade obrigatória.

A escrita não existe sem a leitura. Para escrever, precisamos ter a leitura do mundo, capaz de nos tornarmos não apenas críticos, mas capazes de apreender as estruturas linguísticas que nos cercam. A partir disso, teremos base e preparação para a atividade escrita.

## 5. ANÁLISE LINGUÍSTICA: UMA NOVA PERSPECTIVA DE REFLEXÃO DA LÍNGUA

O termo “análise linguística” surgiu para denominar uma nova perspectiva de reflexão sobre o sistema e usos da língua, já que o que prevalecia era um tratamento do texto de acordo com fenômenos gramaticais e não textuais e discursivos. O objetivo central dessa perspectiva é a reflexão, isto é, fazer com que os leitores reflitam sobre os elementos e fenômenos linguísticos e sobre as estratégias discursivas, focalizando os usos da linguagem, integrar o texto a uma leitura mais ampla, que vai além das palavras postas e dadas. Dessa maneira, a análise linguística passa a ser instrumento fundamental para o desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos.

Para que se possa compreender o que é análise linguística, seguem alguns itens citados por Mendonça (2006, p. 207) os quais diferenciam o ensino de gramática da prática de análise linguística.

ENSINO DE GRAMÁTICA	PRÁTICA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA
Concepção de língua como sistema, estrutura inflexível e invariável.	Concepção de língua como ação interlocutiva situada, sujeita às interferências dos falantes.
Fragmentação entre os erros de ensino: as aulas de gramática não se relacionam com as de leitura e produção textual	Integração entre os eixos de ensino: a AL é ferramenta para a leitura e produção textual.

ENSINO DE GRAMÁTICA	PRÁTICA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA
Metodologia transmissiva, baseada na exposição dedutiva (do geral para o particular, isto é, das regras para o exemplo) + treinamento.	Metodologia reflexiva, baseada na indução (observação dos casos particulares para a conclusão das regularidades/regras).
Privilégio das habilidades metalinguísticas.	Trabalho paralelo com habilidades metalinguísticas e epilinguísticas
Ênfase nos conteúdos gramaticais como objetos de ensino, abordados isoladamente e em sequência mais ou menos fixas.	Ênfase nos usos como objetos de ensino (habilidades de leitura e escrita), que remetem a vários outros objetos de ensino (estruturais, textuais, discursivos, normativos).
Centralidade da norma-padrão.	Centralidade dos efeitos de sentido.
Ausência de relação com as especificidades dos gêneros, desconsiderando o funcionamento desses gêneros nos contextos de interação verbal.	Fusão com o trabalho com os gêneros, na medida em que contempla as condições de produção e textos e as escolhas linguísticas.
Unidades privilegiadas: a palavra, a frase e o período.	Unidade privilegiada: o texto
Preferência pelos exercícios estruturais, de identificação e classificação de unidades/funções morfosintáticas e correção.	Preferência por questões abertas e atividades de pesquisa, que exigem comparação e reflexão sobre adequação e efeitos de sentido.

Diferenças entre o ensino de gramática e análise linguística. (MENDONÇA, 2006. p. 207.)

Como se pode observar, as diferenças presentes em todos os itens elencados derivam da mudança na concepção de linguagem: de uma visão estrutural, passa-se a uma visão enunciativo-discursiva, centrada no texto, no diálogo e no discurso.

Não se trata de negar a importância do estudo gramatical da língua, mas de analisar o sistema linguístico a partir da linguagem. Dessa forma, ao pensar e falar sobre a linguagem, realiza-se uma atividade de natureza reflexiva, ou seja, quando se há interação, há sempre uma atividade de reflexão e, portanto, uma atividade de análise linguística. A leitura, a escrita e a reflexão linguística passam a ter verdadeiramente um “elo”, uma articulação entre si. Segundo Mendonça (2006, p. 208.):

*A análise linguística é a reflexão recorrente e organizada, voltada para a produção de sentidos e / ou para a compreensão mais ampla dos usos e do sistema linguísticos, com o fim de contribuir para a formação de leitores - escritores de gêneros diversos, aptos a participarem de eventos de letramento com autonomia e eficiência.*

A partir dessa discussão abordaremos a seguir alguns tipos de análise linguística que ajudarão nossos candidatos a concursos públicos compreender e

interpretar melhor os textos a que estão expostos em avaliações objetivas de língua portuguesa, questões discursivas e redação.

### 5.1 Análise textual

É a leitura que tem por objetivo uma visão global, ou seja, que faz um levantamento dos elementos importantes do texto, tais como vocabulário, autor, época em que foi escrito, estilo.

### 5.2 Análise temática

É a apreensão do conteúdo ou tema, isto é, identificação da ideia central e das secundárias, processos de raciocínio, tipos de argumentação, exemplos, problematizações, intervenções, enfim, o desenvolvimento do pensamento do autor.

### 5.3 Análise interpretativa

Está relacionada à associação de ideias do autor, considerando as ideologias vigentes, contexto científico, filosófico, histórico; além da análise crítica do texto.

#### **Compreensão e interpretação textual**

- Conhecimento do sistema linguístico
- Conhecimento do contexto sócio-histórico cultural
- Conhecimento dos mecanismos de produção de sentido

## 6. A ANÁLISE LINGUÍSTICA APLICADA À LEITURA DE UMA PROPOSTA TEMÁTICA

A proposta deste item é fazer uma leitura sobre o aspecto da análise linguística, a qual visa garantir todo o exposto sobre a importância da leitura para produção textual. Considerando que o nosso interesse, neste momento, é restrito à leitura de uma proposta temática como forma de orientar nossos candidatos acerca de um interesse pontual. Claro que devemos considerar que as ideias acima expostas sobre a leitura e sua relação com a produção textual deva ser mais ampla, aplicando-se a textos literários, jornalísticos, midiáticos, didáticos etc.

Com relação ao nosso objetivo – a leitura de propostas de redação – os textos propostos pelas bancas são, geralmente, excertos e, na maioria dos concursos, apenas um texto motivador. Espera-se, portanto, que o candidato use algumas estratégias de leitura pertinentes para fundamentar a proposta temá-

tica, trazendo para o texto suas leituras e conhecimentos prévios sobre o tema abordado.

A leitura atenta do(s) texto(s) da proposta possibilita ao candidato obter informações das quais necessita para estruturar seus argumentos, a partir disso, o candidato deve, por meio de um resumo, selecionar o argumento principal de cada texto da coletânea. Após isso, o leitor deve verificar a consistência e a coerência dessas ideias e fazer uma leitura crítica, perguntando-se se concorda com a ideia defendida, o que sabe sobre o assunto, quais as outras posições que existem acerca daquela ideia. Enfim, dialogar com o texto, questionar-se, este é o início de uma leitura crítica, em que o candidato inicia o processo de compreensão e interpretação do que está dado pela banca, como coautor do texto e não mero depositário de informações dadas. Esse pontapé faz toda diferença no processo de produção escrita, visto que o candidato, sem que perceba, começa a pontuar os argumentos relevantes para tese/argumentação.

Com base na proposta de redação a seguir, faremos uma análise das abordagens de leitura e exporemos a relevância da leitura para iniciar um projeto de texto.

(TRT 6ª RG – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA JUDICIÁRIA – ESPECIALIDADE  
EXECUÇÃO DE MANDADOS – MAIO/2012)

### REDAÇÃO:

**Atenção:** Na Prova Discursiva – Redação, a folha para rascunho é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora.

*A Declaração de Chapultepec é uma carta de princípios e coloca "uma imprensa livre como uma condição fundamental para que as sociedades resolvam os seus conflitos, promovam o bem-estar e protejam a sua liberdade. Não deve existir nenhuma lei ou ato de poder que restrinja a liberdade de expressão ou de imprensa, seja qual for o meio de comunicação". O documento foi adotado pela Conferência Hemisférica sobre Liberdade de Expressão realizada em Chapultepec, na cidade do México, em 11 de março de 1994.*

(DECLARAÇÃO DE CHAPULTEPEC. **ABJ** - Associação Brasileira dos Jornalistas, site, [s/d]. Disponível em: <[http://www.abjornalistas.org/legislacao\\_-\\_declaracao\\_chapultec.php](http://www.abjornalistas.org/legislacao_-_declaracao_chapultec.php)>)

Ainda que o Brasil tenha assinado a declaração em 1996 e renovado o compromisso em 2006, não é incomum a defesa de que limites deveriam ser impostos à liberdade de imprensa, mas até que ponto isso poderia ser feito sem prejuízo da liberdade de expressão e do direito à informação?

Considerando o que se afirma acima, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

- ➔ **Liberdade de imprensa, desenvolvimento da sociedade e direitos individuais.**

## 6.1 Análise da proposta

A banca examinadora exigiu do candidato a leitura de um trecho sobre a Declaração de Chapultepec, um comentário sobre a declaração e um questionamento sobre os limites da imprensa e a liberdade de expressão. Por fim, a definição do tema a ser discutido com base nos excertos anteriores. Para fins didáticos, dividiremos a análise da proposta em etapas, utilizando conceitos da análise linguística.

### 6.1.1 Análise textual

- Fazer uma primeira leitura de forma a captar a tendência geral da proposta e obter uma visão ampla do conteúdo do texto.
- Quem é o autor do texto?
- Em que época o texto foi escrito?
- Qual o estilo do autor? Do texto?
- Ler, reler, anotar;
- Grifar as palavras-chave.

Com base nessa análise, observamos que a tendência geral da proposta é discutir o tema *liberdade de imprensa* e, em que medida, as tentativas de restrição a essa iriam limitar o direito da sociedade à informação. Considerando que a imprensa livre é fundamental para que as sociedades resolvam seus conflitos e garantam o bem-estar e a liberdade de cada indivíduo.

O primeiro texto possui um estilo de documento, o que nos leva a ter as informações dadas como verdadeiras, já que passaram pelo crivo de um acordo internacional. Com relação às palavras-chave serão as que nortearão a não fuga do tema e ajudarão, ao mesmo tempo, na melhor organização dos argumentos. Sendo assim, temos as seguintes expressões para destacar:

- liberdade de imprensa    → desenvolvimento social    → direitos individuais  
 → conflitos sociais        → direito à informação

### 8.1.3 Variação cultural ou de profissão



<http://emirlarangeira.blogspot.com/2011/03/sobre-premiacao-de-policiais.html>

A charge anterior evidencia um discurso específico da classe policial, graças ao uso de um vocabulário técnico “algemar”, “meliante”, “se evadir”; caracterizando uma variante cultural típica desse grupo profissional.



<http://www.robertokroll.com.br/>

Na charge acima, há uma total incoerência entre o discurso proferido pelo homem de terno e o surfista ao lado, visto que os vocábulos utilizados pelos surfistas não são formais como na fala do homem de terno, na verdade, é um vocabulário específico da profissão e classe social que ocupa. Se a mesma fala fosse dita pelo surfista, seria da seguinte maneira:

“Olha, brother, cada onda maneira. O mar está gringo hoje. Quero fazer vários 360° e elevadores. Vamos nessa, pegar onda ou vamos mais tarde?”

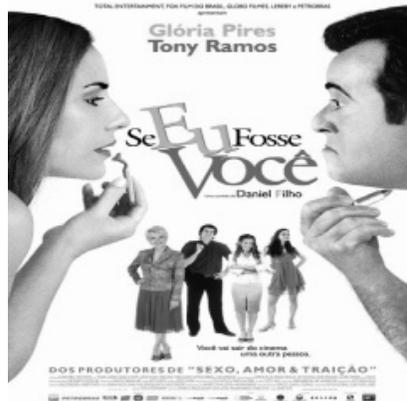
Percebemos, assim, uma variação social ligada à ocupação/profissão de cada um.



<http://www.portalfiel.com.br/charges.php?id=142-mesmo-discurso.html>

A charge acima reflete os mesmos jargões utilizados pelos políticos em ano eleitoral. E a conseqüente descrença da população diante das promessas não realizadas.

#### 8.1.4 Variação de gênero



O filme “Se eu fosse você” tem uma trama que gira em torno da troca de personalidades de um casal, o marido Cláudio, encenado por Tony Ramos, transforma-se em Helena, sua esposa, encenada por Glória Pires. Nessa troca de gêneros, percebemos claramente *atitudes, gestos, tom de voz, linguagem típicos de homens e mulheres*, apesar da homogeneidade cada vez maior entre os papéis sociais desempenhados pelo homem e pela mulher. Para entendermos melhor essas variações de gênero, observe o quadro abaixo:

HOMEM	MULHER
É mais frio.	É mais emotiva.
Tende a ser mais objetivo.	Prefere algo mais complexo.
Tom de voz firme.	Tom de voz calmo.
Usa um linguajar mais cheio de gírias, palavras de baixo calão.	Usa um linguajar com menos gírias e palavras.
Tem gestos mais grosseiros.	Tem gestos mais delicados.

### 8.1.5 Variação etária



<http://rizzolot.wordpress.com/page/17/?archives-list=1>

Podemos distinguir facilmente a linguagem de um adolescente da linguagem de um adulto, já que as diversas faixas etárias dos falantes apresentam correlatos linguísticos, mais aparentes no plano do vocabulário, mas que podem, também, manifestar-se na pronúncia e nos tipos de construção da frase.

### 8.1.6 Variação histórica ou diacrônica

Diz respeito à **evolução da língua no tempo**. Assim, o português utilizado numa cantiga de amigo da época medieval é muito diferente do português empregado num poema da atualidade. Essas mudanças podem ocorrer:

- no som/pronúncia;
- na flexão e na derivação;
- nos modelos de estruturação da frase;
- na significação dos vocábulos;
- pela introdução de novas palavras (neologismos e estrangeirismos).

AUTORIDADES MILITARES					
Cargo ou Função	Por Extenso	Abreviatura		Vocativo	Endereçamento
		Singular	Plural		
Oficiais Gerais (até Coronéis)	Vossa Excelência	V. Ex. <sup>a</sup> ou V. Exa.	V. Ex. <sup>as</sup> , ou V. Exas.	Excelentíssimo Senhor	Ao Excelentíssimo Senhor Nome Cargo Endereço
Outras Patentes	Vossa Senhoria	V.S. <sup>a</sup> ou V. Sa.	V.S. <sup>as</sup> ou V. Sas.	Senhor + patente	Ao Senhor Nome Cargo Endereço
AUTORIDADES CIVIS					
Cargo ou Função	Por Extenso	Abreviatura		Vocativo	Endereçamento
		Singular	Plural		
Chefe da Casa Civil e da Casa Militar Cônsoles Deputados Embaixadores Governadores Ministros de Estado Prefeitos Presidentes da República Secretários de Estado Senadores Vice-Presidentes de Repúblicas	Vossa Excelência	V. Ex. <sup>a</sup> ou V. Exa.	V. Ex. <sup>as</sup> ou V. Exas.	Excelentíssimo Senhor + Cargo	Ao Excelentíssimo Senhor Nome Cargo Endereço
Demais autoridades não contempladas com tratamento específico	Vossa Senhoria	V.S. <sup>a</sup> ou V. Sa.	V. S. <sup>as</sup> ou V. Sas.	Senhor + Cargo	Ao Senhor Nome Cargo Endereço

AUTORIDADES ECLESIASTICAS					
Cargo ou Função	Por Extenso	Abreviatura		Vocativo	Endereçamento
		Singular	Plural		
Arcebispos	Vossa Excelência Reverendíssima	V. Ex. <sup>a</sup> Rev.ma ou V. Exa. Revma	V. Ex. <sup>as</sup> Rev. mas ou V. Exas. Revmas	Excelentíssimo Reverendíssimo	A Sua Excelência Reverendíssima Nome Cargo Endereço
Bispos	Vossa Excelência Reverendíssima	V. Ex. <sup>a</sup> Rev. ma ou V. Exa. Revma.	V. Ex. <sup>as</sup> Rev. mas ou V. Exas. Revmas.	Excelentíssimo Reverendíssimo	A Sua Excelência Reverendíssima Nome Cargo Endereço
Cardeais	Vossa Eminência ou Vossa Eminência Reverendíssima	V. Em. <sup>a</sup> , V. Ema. ou V. Em. <sup>a</sup> Rev. ma, V. Ema. Revma.	V. Em. <sup>as</sup> , V. Emas. ou V. Em as Rev. mas ou V. Emas. Revmas.	Eminentíssimo Reverendíssimo ou Eminentíssimo Senhor Cardea	A Sua Eminência Reverendíssima Nome Cargo Endereço
Cônegos	Vossa Reverendíssima	V. Rev.ma ou V. Revma.	V. Rev. mas ou V. Revmas.	Reverendíssimo Cônego	Ao Reverendíssimo Cônego Nome Cargo Endereço
Frades	Vossa Reverendíssima	V. Rev.ma ou V. Revma.	V. Rev. mas ou V. Revmas.	Reverendíssimo Frade	Ao Reverendíssimo Frade Nome Cargo Endereço
Freiras	Vossa Reverendíssima	V. Rev.ma ou V. Revma.	V. Rev. mas ou V. Revmas.	Reverendíssimo Irmã	A Reverendíssima Irmã Nome Cargo Endereço
Monsenhores	Vossa Reverendíssima	V. Rev.ma ou V. Revma.	V. Rev. mas ou V. Revmas.	Reverendíssimo Monsenhor	Ao Reverendíssimo Monsenhor Nome Cargo Endereço
Papa	Vossa Santidade	V.S.		Santíssimo Padre	A Sua Santidade o Papa
Sacerdotes em geral e pastores	Vossa Reverendíssima	V. Rev.ma ou V. Revma.	V. Rev. mas ou V. Revmas.	Reverendo Padre / Pastor	Ao Reverendíssimo Padre / Pastor ou Ao Reverendo Padre / Pastor Nome Cargo Endereço

## CAPÍTULO XI

# DECISÕES JUDICIAIS

### 1. CONCEITO GERAL

O gênero textual “decisões judiciais” é uma denominação genérica de qualquer manifestação judicial pertinente à demanda, pode também ser denominada parte final da demanda.

No Direito do Trabalho, a decisão será realizada depois de rejeitada pelas partes a proposta de conciliação. Se houver conciliação, o termo que for lavrado valerá como decisão irrecorrível. Quando a decisão concluir pela procedência do pedido, determinará o prazo e as condições para o cumprimento.

A decisão mencionará sempre as custas que devam ser pagas pela parte vencida. Extintos na decisão, evidentes erros ou enganos de escrita, de datilografia ou de cálculo poderão, antes da execução, ser corrigidos, ex-offício ou a requerimento dos interessados ou da procuradoria da Justiça do Trabalho.

<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/297842/decisao-judicial> acesso em 08/07/2017 (adaptado).

### 2. A REDAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Abaixo segue o modelo de uma sentença cujas citações de nomes e dados foram criadas. Leia-a, a seguir faremos uma análise de como se estrutura esse gênero textual.

#### 2.1 Modelo de sentença

5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PASSO LARGO - SANTA CATARINA

Vistos e examinados estes autos de Ação Anulatória de Contrato de Fiança sob o nº 003.03.000005-5, em que é autora Maria Mago Ada da Silva e réu o Banco Pikar Eta S/A.

I - Relatório

A autora ingressou com o presente feito requerendo a Declaração de Nulidade da fiança prestada por seu marido, o senhor João da Silva, no contrato de confissão de dívida celebrado com a empresa/ré, alegando ser casada em regime de comunhão universal de bens.

Entretanto, o senhor João da Silva assumiu um compromisso em determinado contrato, assumindo uma obrigação que não pertencia exclusivamente a ele, sem que houvesse sido prestada a competente outorga uxória por parte da ré.

Na defesa, o réu alegou a impossibilidade jurídica do pedido expondo que a autora deveria ter movido demanda Declaratória de Nulidade e não Anulatória de Contrato de Fiança, já que visa à nulidade do processo.

Afirmando que se trata de uma relação calçada na relação do princípio de boa-fé, sendo que o fiador não convivia maritalmente com a autora. Sustentando que foram suficientes os argumentos da autora, o réu não pode sofrer danos em relação às falsas afirmações do fiador, levando em consideração que agiu de boa-fé.

## II - Fundamentação

A fundamentação presente no pedido inicial é totalmente procedente visto que a lei prescreve a necessidade de outorga uxória em caso de fiança, exceto no regime de separação absoluta, nos termos do artigo 1.647, inciso III do Código Civil em vigor.

Em relação à preliminar levantada em contestação, percebe-se que embora o nome da ação tenha sido equivocado, não se deve levar em consideração, tendo em vista o princípio da fungibilidade. Este faz com que ação seja considerada caso a sua fundamentação e pedidos estejam corretos.

A falta de consentimento da esposa em fiança prestada pelo marido acarreta a nulidade absoluta da garantia.

O argumento do réu não convence, pois incumbia ao mesmo se precaver quanto à regularidade da fiança prestada. Mesmo sendo evidente a falta da assinatura da esposa no contrato, o requerido, por motivo ora desconhecido, aceitou o contrato de fiança.

## III - Dispositivo

Tendo em vista esses fundamentos, julgo totalmente procedente o pedido, para fim de declarar nulo o contrato de fiança referido nos autos.

Condeno o réu ao pagamento das custas, bem como os honorários advocatícios, os quais arbitro em R\$ 3.383,07 (três mil trezentos e oitenta e três reais e sete centavos), tendo em consideração, especialmente, a simplicidade da causa, em que pese o bom trabalho desenvolvido pelo procurador do autor, o que faço com base no artigo 20, § 4º combinado com o §3º, alíneas "a" a "c" do artigo do Código de Processo Civil.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Nada mais.

Passo Largo, 06 de junho de 2011.

---

JUÍZA DE DIREITO

Blog Fazendo direito <http://direitoeresumos.blogspot.com.br/2012/03/modelo-sentenca.html> acesso em 08/07/2017

### **3. CARACTERÍSTICAS DA REDAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS: REQUISITOS MÍNIMOS, LINGUAGEM E CONSTRUÇÃO.**

A construção da decisão judicial exposta divide-se em:

- 1) Primeiro define-se a vara e a comarca em que o caso será julgado;
- 2) Resumo do caso visto e examinado pelo juiz(a) e o número da ação;
- 3) Relatório em que se descreve minuciosamente o caso, uma espécie de introdução;
- 4) Fundamentação, onde o juiz(a) irá argumentar e contra-argumentar o pedido feito na ação inicial, tudo fundamentado nas leis.
- 5) Dispositivos, onde o juiz(a) conclui o caso e dá sua decisão;
- 6) Fechamento com verbos no imperativo para que se execute o dispositivo, lugar e data, assinatura do juiz(a).

A linguagem da decisão judicial é concisa e objetiva, vai direto aos pontos a serem tratados, sem prolixidades que, muitas vezes, presenciam-se nas petições iniciais. A norma culta está presente, obviamente, visto se tratar de um texto formal de documento jurídico. Contudo, não se vê uma linguagem rebuscada, apenas simples, correta e direta.

# NOÇÕES DE HERMENÊUTICA JURÍDICA (INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DA LEI)

## 1. CONCEITO GERAL

As palavras *hermenêutica* e *interpretação*, na linguagem jurídica, são usadas como sinônimas. Assim, faz-se necessário, neste primeiro momento, definirmos as origens dessas palavras e averiguarmos se, de fato, temos uma relação de sinonímia.

A palavra “hermenêutica” vem do grego *hermeneia*, remete à história mitológica do Deus-alado Hermes, responsável pela mediação entre deuses e homens. Hermes, filho de Zeus, era o mensageiro, tradutor das mensagens vindas da esfera divina para a civilização humana, porque a linguagem dos deuses não era compreensível aos mortais. Nesse sentido, a palavra hermenêutica sugere o processo de tornar compreensível.

Já a palavra “interpretação”, origina-se do termo latino *interpretare* (*inter-penetrare*), significando penetrar mais para dentro. Essa palavra alude à prática de feiticeiros antigos que introduziam as mãos nas entranhas de animais mortos, a fim de prever o futuro e obter respostas para os problemas humanos. Nesse contexto, a palavra interpretação sugere a extração do sentido que está entranhado na norma.

Dessa forma, vemos que os termos têm etimologias diferentes, portanto conceitos diferentes. Se trouxermos essas abordagens para a área jurídica, veremos que “hermenêutica” é a ciência jurídica que forma as regras e métodos para a interpretação das normas. Já “interpretação” consiste em aplicar as regras, que a hermenêutica sistematiza para o bom entendimento dos textos legais.

HERMENÊUTICA

≠

INTERPRETAÇÃO

Portanto, não cabe à hermenêutica determinar o que é certo ou não. O sentido encontrado deve ser justificado pela intenção do autor e pela forma como o leitor interpreta o conteúdo. No âmbito jurídico, procura-se estabelecer a me-

lhor forma de relacionamento entre a norma e o aplicador, tentando determinar quais as interpretações possíveis e qual o grau de liberdade conferido ao juiz.

É importante ver a norma jurídica como produto social e cultural, assim é imprescindível que, ao interpretar, busque-se o real significado, sentido ou finalidade da norma para a vida real, competindo ao intérprete buscar, dentro dos pensamentos possíveis, o mais apropriado, correto e jurídico. Cabe ao ele fixar o sentido da norma e tomar decisões. O propósito básico do jurista é determinar a força e o alcance do texto normativo em presença dos dados atuais de um problema.

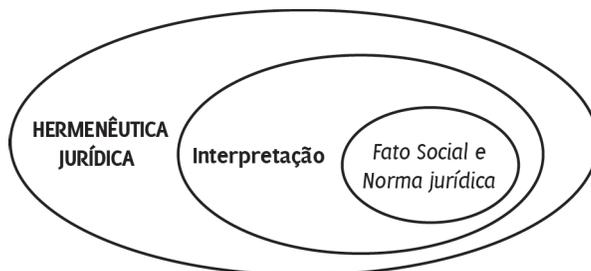
A hermenêutica jurídica tem por função:

<b>FORMULAR TERMOS GERAIS</b>	Fixar regras
	Consolidar princípios
	Estabelecer normas (em linguagem clara e precisa) amplas e sem descer a minúcias.

## 2. MÉTODOS E TIPOS DOGMÁTICOS DE INTERPRETAÇÃO

### 2.1 Métodos hermenêuticos

Toda interpretação jurídica é de natureza teológica (fins), fundada na consciência axiológica (valor) do Direito. Dessa forma, toda interpretação jurídica dá-se numa estrutura de significações, e não de forma isolada. Cada preceito significa algo situado no todo do ordenamento jurídico. Para isso o trabalho do intérprete precisa do auxílio de orientações para atingir o real significado da lei.



Diante do exposto, os métodos hermenêuticos inserem-se e constituem regras técnicas que visam obter um resultado adequado à situação apresentada. Com eles procuram-se orientações para os problemas de decidibilidade dos conflitos. Assim, cabe à hermenêutica jurídica instaurar um sistema de regras para interpretação das leis. Regras de ordem sintática, semântica e pragmática.

## 2.2 Interpretação gramatical, lógica e sistemática

Os problemas sintáticos referem-se às questões das palavras nas sentenças, assim temos:

a) interpretação gramatical: é também chamada de interpretação literal, pois se fundamenta na análise do texto do ponto de vista gramatical. É o primeiro tipo de interpretação, nela inserem-se quesitos lexicais, etimológicos e sintáticos. A forma como se usam as palavras, dispõe-nas no sintagma, bem como as escolhas vocabulares são significativas para essa primeira leitura interpretativa.

b) interpretação lógica: constitui um instrumento técnico, colocado à disposição da identificação de incoerências e ou afirmações absurdas. Parte do pressuposto de que a expressão normativa com as demais do contexto é importante para a obtenção do significado correto.

c) interpretação sistemática: parte do pressuposto de que uma lei não existe isoladamente e deve ser interpretada em conjunto com outras pertencentes ao mesmo âmbito do direito.

## 2.3 Interpretação histórica, sociológica e evolutiva

Referem-se aos significados das palavras ou de sentenças prescritivas. Essas palavras podem ter um sentido vago ou ambíguo. As palavras são analisadas de acordo com:

a) Conceitos indeterminados: aqueles que possuem uma extensão imprecisa de seu campo de referência objetiva, de antemão não é possível precisar o objeto.

b) Conceitos valorativos: aqueles que possuem uma imprecisão quanto aos atributos que definem os sujeitos citados no texto. A intenção do uso da palavra não fica clara, sendo necessária a referência ao contexto social e de produção textual em que são utilizados.

c) Conceitos discricionários: destilam uma inexatidão que não se resolve pela organização ou sentido objetivo, já que as palavras sofrem renovação em cada uso concreto.

## 2.4 Interpretação teleológica (finalidade) e axiológica (valor)

A aplicação da interpretação da norma relacionando-a aos padrões sociais, bem como atentar-se à carga emocional que os símbolos ideológicos resguardam. Por conta dessa abordagem (lei-sociedade), a hermenêutica vivencia um

desafio de, pelos elementos teleológicos e axiológicos, rever os pilares contextuais e analisar a coerência com o todo. Numa dada situação os conceitos valorativos devem ser controlados para interpretar com o olhar crítico na alçada de firmar a coerência interpretativa. No direito brasileiro, a própria Lei de Introdução ao Código Civil, em seu art. 52, contém uma exigência teleológica: “Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum”.

### 3. TIPOS DE INTERPRETAÇÃO

A interpretação pode ser classificada quanto à extensão, levando-se em conta se as decodificações utilizaram um código forte, reforçando o rigor da denotação e da conotação dos símbolos; ou tiveram um código fraco, deixando espaço para ambiguidade e para a vaguidade. Com esses dois parâmetros, temos, então, a interpretação especificadora, restritiva e extensiva.

#### 3.1 Interpretação especificadora

Também chamada de declarativa, é aquela em que o intérprete se limita a declarar o sentido da norma jurídica interpretada, sem ampliá-la ou restringi-la. Parte do pressuposto de que o sentido da norma cabe na letra do enunciado. Parte-se do princípio de economia de pensamento, assim para elucidar o conteúdo da norma não é necessário ir ao fim das possibilidades significativas, mas até o ponto em que as questões sejam razoavelmente decidíveis.

Tem-se como exemplo o art. 930 do Código Civil que determina qual são as consequências dos danos causados para evitar um perigo, quando esse ocorrer por “culpa de terceiro”. Como a palavra culpa é polissêmica, pode-se lê-la com a conotação de negligência ou imprudência, contudo, em um caso concreto, o intérprete dirá que o sentido da palavra culpa, mesmo abrangente, é claro.

#### 3.2 Interpretação restritiva

É a que restringe o sentido e o alcance apresentado pela expressão literal da norma jurídica. Ocorrerá toda vez que o sentido da norma tiver uma amplitude da sua expressão literal, afetando, assim, direitos e garantias fundamentais reconhecidos constitucionalmente. Dessa forma, a lei impõe limitação a fim de assegurar o bem-estar geral, sem ferir o direito fundamental que a constituição garante.

Tem-se como exemplo normas que reduzem os direitos e garantias fundamentais, tais como leis fiscais e normas de exceção.

### 3.3 Interpretação extensiva

Essa interpretação amplia o sentido da norma para além do contido na letra do enunciado. Logo, se a mensagem normativa contém conotações limitadas, o trabalho do intérprete será o de torná-las vagas e ambíguas, em face da imprecisão da terminologia adotada pelo legislador. Diferentemente da interpretação restritiva que se impõe como a mais conveniente, na extensiva isso não ocorre, porque, nesse caso, a interpretação é mais ostensiva e radical.

A doutrina entende que a interpretação da norma deve ser fiel, o mais possível, ao que está estabelecido na mensagem normativa, e, com a extensiva, isso não ocorre. Tem-se como exemplo as normas penais, o princípio de que não há crime sem lei previa, impelindo o intérprete a evitar as interpretações extensivas. Contudo, para que essa limitação seja admitida, o intérprete deve demonstrar que a extensão do sentido está contida no espírito da lei. A doutrina aponta a distinção entre a interpretação extensiva e a interpretação por analogia quando diz que:

a) a interpretação extensiva se limita a incluir no conteúdo da norma um sentido que já estava lá e que apenas não havia sido explicitado pelo legislador;

b) na interpretação por analogia toma de uma norma e aplica a mesma num caso para o qual não havia preceito nenhum, pressupondo uma semelhança entre os casos;

Se a norma pune o lenocínio (provocar ou facilitar a prostituição), o intérprete dirá que, por trás desse fato, está também a exploração de motéis os quais toleram a presença de casais, sem indaga-los se são ou não casados, ou se lá estão apenas por motivos libidinosos. A interpretação, segundo o autor, é extensiva e admissível, embora o resultado seja discutível e, na atualidade, não se tenda a fazer aquela extensão, salvo nos casos ostensivos.

## 4. INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DO DIREITO

Por via hermenêutica, podem-se suprir as lacunas do ordenamento, bem como suprir a lacuna da utilização dos instrumentos técnicos colocados à disposição do intérprete para efetuar o preenchimento dessas lacunas, isso é que se chama de integração ao direito. Essa integração tem alguns modos e instrumentos, os quais seguirão os critérios abaixo indicados.

### 4.1 Instrumentos quase lógicos

São aqueles que exigem alguma forma de procedimento analítico: como é o caso da analogia, indução amplificadora e a própria interpretação extensiva.

#### 4.1.1 ANALOGIA

Quando uma norma, estabelecida com e para determinada *facti species*, é aplicável a conduta para a qual não há norma, havendo entre ambos os supostos fáticos uma semelhança. Veja dois artigos que discorrem sobre isso:

Art. 4º. Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito. (LICC)

Art. 126. O juiz não se exime de sentenciar ou despachar alegando lacuna ou obscuridade da lei. No julgamento da lide caber-lhe-á aplicar as normas legais; não as havendo, recorrerá à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de direito.

#### 4.1.2 Indução amplificadora

Sugere um processo mais amplo, porque não encontrando regra jurídica que regule caso semelhante, ao julgador se permite extrair filosoficamente - por dedução ou indução - o axioma predominante, retirado de um conjunto de regras, de um instituto ou até disciplinadoras de um instituto semelhante. Como exemplo os estatutos sociais.

#### 4.1.3 Interpretação extensiva

A partir de uma norma, estende-se a casos que estão compreendidos implicitamente na letra, ou, explicitamente, no espírito da lei. Entre as três modalidades é a que possuiu a decodificação mais presa à codificação que acompanha a norma.

#### 4.2 Instrumentos institucionais

Esses instrumentos buscam apoio na concepção da instituição, como é o caso dos costumes, dos princípios gerais do direito e da equidade.

Os costumes ocupam os vazios do ordenamento legal e não do ordenamento global. Constitui um meio de integração *praeter legem* (completa a lei).

#### 4.2.2 Princípios gerais do direito

Dizem que ninguém pode invocar a própria malícia; o direito é esforço constante de dar a cada pessoa o que é seu; quem exercita o próprio direito não prejudica ninguém.

#### 4.2.3 Equidade

Tem por base o sentimento de justiça, que visa à harmonia com as circunstâncias e análises adequadas ao caso. Assim, o juízo de equidade, na ausência de norma positiva, é o recurso a uma espécie de instituição das exigências da justiça enquanto igualdade proporcional.

MODOS DE INTEGRAÇÃO DO DIREITO	
INSTRUMENTOS QUASE LÓGICOS	INSTRUMENTOS INSTITUCIONAIS
São aqueles que exigem procedimento analítico.	São aqueles que buscam apoio na concepção de instituição.
Usa-se a palavra “quase” porque não obedecem estritamente ao rigor da lógica formal.	Surgem da concepção de determinada instituição. Podendo ser normas consuetudinárias, justiça e ordenamento jurídico.
ANALOGIA	COSTUMES
INDUÇÃO AMPLIADORA	EQUIDADE
INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA	PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO

#### 4.3 Limites à integração

O direito positivo tem uma tendência em estreitar, em nome dos valores da certeza e da segurança, o campo de atuação do intérprete. Dessa maneira, os meios de integração existem a fim de evitar a violência simbólica via hermenêutica. Neutraliza-se a diversidade social de opiniões, pela imposição bem-sucedida de consenso, e isso é evidente no costume, contudo não nos princípios gerais do direito e menos ainda na equidade.

O primeiro princípio de controle é que nenhum meio integrador gera, por si, um efeito generalizante. Mesmo no caso do costume, a aplicação *praeter legem* só se generaliza se forma um costume jurisprudencial. Quem elimina a lacuna é o legislador, o intérprete a preenche, mas ela continua a existir. Outros elementos de controle existem, como por exemplo, as normas penais que estabelecem e definem os tipos delituosos, as penas e seus efeitos, excluem a analogia. O princípio de controle é o da tipicidade cerrada, em oposição à tipicidade aberta.